

ACTA N.º 1 – Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 26 de Fevereiro de 2009

No dia vinte e seis do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da acta da 5ª sessão ordinária realizada no passado dia 13 de Dezembro de 2008;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia;

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

4.2 – Adesão ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 191-A/2008, de 11 de Janeiro / Contracção de Empréstimo com o Estado no valor de € 814.042,21, pelo prazo de 10 anos / Contracção de empréstimo de Médio Prazo, pelo período de 5 anos, até ao valor máximo de € 1.221.063,32, destinado ao financiamento de dívida de curto prazo a fornecedores. / Relatório de análise das propostas apresentadas pelas instituições de crédito consultadas;

4.3 - Revisão dos Documentos Previsionais do Ano Financeiro de 2009/ 1ª Revisão ao Orçamento da Receita / 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa / 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento/ 1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais;

4.4 -Proposta de subscrição de títulos de capital da Caixa de Crédito do Alto Corgo, Tâmega e Barroso (CCAM);

4.5 – Proposta de Adesão do Município de Montalegre à Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses – QUALIFICA;

4.6 – Proposta de extinção da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes e a partilha do património, nos termos do artigo 39º da lei nº 45/2008, de 27 de Agosto;

4.7 – Proposta de constituição da pessoa colectiva a denominar por “Ecomuseu – Associação de Barroso” – Associação de Desenvolvimento da Região de Barroso / Aprovação dos respectivos estatutos constitutivos;

4.8 - Procedimento de Revisão do Plano Director Municipal de Montalegre / Indicação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento;

4.9 – Proposta de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE);

4.10 – Proposta de alteração do Regulamento Municipal de Venda de Terrenos em Loteamentos Industriais;

5 – Período após a ordem do dia

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 61 (sessenta e um) membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calvão, Guilhermina Costa, Nuno Pereira, Carla Rodrigues, Nuno Justo, Deolinda Silva, Luís Carril, José Alves, António Dias e João Silva.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados José Carvalho, Alexandra Antunes, João Rodrigues, Pedro Giesteira, Manuel Antunes, Armando Duarte, Luís Pereira, António Vaz e João Santos.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Carla Rodrigues, Nuno Justo, Manuel Sousa, Paulo Cruz e João Duarte.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da acta da 5ª sessão ordinária realizada no passado dia 13 de Dezembro de 2008.

A acta da sessão ordinária do dia treze de Dezembro de 2008 foi posta à consideração, tendo sido aprovada por maioria com quatro abstenções.

2 - Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido, informando da renúncia ao mandato por parte da deputada Alexandra Ferraz Antunes, tendo esta sido substituída pelo deputado Domingos José Pereira Lopes, sendo este o elemento seguinte da lista nas últimas eleições autárquicas, nos termos do n.º1, do art.º79, da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro do Regimento desta Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos, Teixeira Gomes, José Moura, Ricardo Moura e Acácio Moura.

O deputado Domingos Vasconcelos entregou o seguinte documento à Mesa: "Estrada Nacional 103, a estrada Nacional 103, como todos sabemos é a principal ligação do concelho de Montalegre aos grandes centros de decisão do país.

Todos sabemos dos grandes vínculos culturais, sociais e principalmente económicos que existem entre os Barrosões e a cidade de Braga. Quantas pessoas do nosso concelho se deslocam diariamente para Braga, percorrendo o trajecto sinuoso de uma Estrada nacional 103, uma tortura quotidiana para se deslocarem para o trabalho, para irem ao médico, para tratarem dos seus negócios, etc.

Todos sabemos muito bem que é através dela que entram as principais receitas que sustentam a economia de Montalegre.

Já não nos chega vivermos sem grande parte das regalias de quem vive nos grandes centros. Cada vez essa assimetria se acentua mais. Cada vez estamos mais isolados. Esse isolamento agrava-se ainda mais quando nos deparamos que a nossa principal via de acesso tem um traçado rudimentar, sinuoso e cheio de perigos.

Será normal numa estrada nacional de qualquer país da Europa existirem curvas com um raio tão apertado que obrigam os condutores a reduzir para 20 ou 30 kms/hora? Será normal numa estrada nacional de qualquer país da Europa uma circulação média de 60kms/hora?

Nada disto é normal. Mas isto são coisas que todos, os que nela circulamos, já sofremos há dezenas de anos.

Agora, Sr. Presidente da Câmara, o que mais nos preocupa é que nada é feito para resolver esta situação, excepção feita a alguns passeios à capital, onde se gasta muito e nada se faz.

Já há vários anos que o Sr. vai prometendo a requalificação da estrada. Sempre que as eleições autárquicas se aproximam o Sr. volta a prometer afirmando que "agora é que vai ser". Mas o mais engraçado é que volvido um novo ciclo de quatro anos essa promessa volta a ser feita, sem que pelo meio nada tenha acontecido. Não se cansa de enganar os Barrosões? De os aliciar com um reбуçado demagógico que nunca apareceu até ao momento? Já se esqueceu

que garantiu na presença do camarada Jorge Coelho que não se candidataria à Câmara se o problema não fosse resolvido?

Sr. Presidente, neste momento, a melhor obra que podia ser feita para os Barrosões era a requalificação desta estrada, de forma a lhes criar melhores condições de vida e amenizar este isolamento e este atraso relativamente a outros concelhos que cada vez é maior.

Sei que o que aqui vim dizer lhe entra por um ouvido e sai pelo outro, porque só lhe interessa manter alguns a pensarem que lhes dá importância, para os usar como arma de arremesso contra as vozes da razão.

Por fim, diga Sr. Presidente aos deputados municipais, quem foi a Lisboa em seis de Junho de 2008 em representação dos utentes da 103, quantos eram, porquê esse número de pessoas, quantos foram recebidos e por quem, quanto gastaram e que resultado deu. Assinado, o deputado municipal, Domingos Vasconcelos."

O deputado Teixeira Gomes entregou o seguinte documento à Mesa: "Existe a ideia de que os fogos nos matos e nas florestas não fazem mal. Há mesmo quem diga que até fazem bem, porque limpariam as florestas, evitando que sejam mais graves no verão. É uma ideia completamente errada: 1º porque libertam muito fumo para a atmosfera, poluindo e agravando o aquecimento da terra pelo efeito de estufa; 2º porque queimam o coberto vegetal de folhas e ramos mortos que se depositam sobre a superfície do solo onde apodrecem e serve de adubo para que as florestas cresçam; 3º porque, queimando o coberto, deixa a terra a nú, fazendo com que a chuva a lave e arraste para os rios, deixando só rochas e o solo mais pobre; 4º porque queimam os arbustos que dão protecção às novas árvores que começam a crescer; 5º porque queimam o renovo de novas árvores. As queimadas já são proibidas por lei. Basta aplicá-la. A vigilância está entregue a uma tal Brigada Florestal da GNR que substituiu a Guarda Florestal. Acontece é que ninguém os vê! Se quisermos salvar o que resta das nossas florestas só podemos contar com as Juntas de Freguesia (JF). Proponho que a Câmara Municipal de Montalegre (CMM): 1º organize um curso para as pessoas que formam as JFs para as instruir sobre o mapa da área que está sob a sua jurisdição de modo a poderem elaborar um relatório mensal de todos os incêndios ocorridos na sua área; 2º que os pedidos de queimadas sejam comunicados às Juntas de Freguesia que, por sua vez, os enviam aos sapadores e bombeiros; 3º que todas as queimadas tenham sempre a presença da respectiva equipa de sapadores; 4º que todas as ocorrências de queimadas ilegais sejam reportadas à CMM e à GNR; 5º que sejam abertos processos-crime/contravenção para todas as queimadas ilegais de dimensão grande e que a GNR seja obrigada a fazer uma averiguação/inquérito em cada caso. Designadamente, quem foram os pastores que foram vistos na área, antes do fogo deflagrar. Montalegre, 26 de Fevereiro de 2009. Assinado, José Teixeira Gomes".

Falou ainda sobre a crise no mundo e disse que esta foi causada pelos ricos e pelos banqueiros pois qualquer um tinha direito ao crédito e nota que nem o Governo nem a oposição falam deste assunto.

Disse que leu num jornal de Montalegre que a Cooperativa está em grave crise económica e espera que ninguém se lembre de injectar lá dinheiro à semelhança do que faz o Governo à banca.

O deputado José Moura falou sobre a Sexta- feira 13 e disse que se paga muito caro na restauração e a relação qualidade/ preço não compensa. A Câmara como organizadora de vários eventos poderia estipular preços ou pelo menos sensibilizar os gerentes.

Falou mais uma vez sobre o Parque do Cávado relativamente à sua protecção para o rio e do cruzamento de Meixide para que se evitem alguns acidentes.

O deputado Ricardo Moura disse que quantos mais bombeiros existem menos actividade há. Disse que lhe ardeu um carvalhal lindíssimo, que telefonou ao comandante e que só apenas quatro horas depois é que apareceram. Tem que se pôr termo a isto e começar a multar vândalos.

Sobre a crise, disse que não têm que ser os pequenos a pagar as dívidas que os grandes fazem. Portugal não é só Lisboa.

Disse que não se admite que haja dois secretários de estado transmontanos e que nada falem sobre o Norte do país.

O deputado Acácio Moura falou das queimadas e disse que as juntas de freguesia não têm autoridade para fazer nada. As brigadas florestais andam todos os dias a passar multas que vão parar à Câmara, exagerando nos critérios sem que os Presidentes da Junta possam fazer algo.

Falou sobre os serviços da EDP dizendo que estes vão de mal a pior. Passam vários meses para arranjar determinadas avarias. Na Feira do Fumeiro esteve-se inúmeras horas sem luz eléctrica causando transtornos e prejuízos elevados. Felicitou a Câmara e os funcionários pela eficácia com que trabalharam nos dias da neve.

O Senhor Presidente da Câmara disse que pela primeira vez está de acordo com a oposição relativamente à necessidade de beneficiação da EN103. Disse que a promessa não vem só deste Governo, já vem do tempo do Cavaco Silva e ninguém pode duvidar do empenho da Câmara.

Disse que, na sequência das diligências feitas, veio a Montalegre o Vice-presidente das Estradas de Portugal para conhecer o trajecto e determinações técnicas.

Realçou que não se envergonha de ainda não ter conseguido fazer essa obra, pois a luta por ela é constante. Rejeita a ideia de que estamos isolados, que somos uns coitadinhos e que esta estrada vai ser solução para tudo.

Disse que as queimadas devem ser feitas nesta altura do ano quando os incêndios ainda são controláveis dada a humidade da terra.

Disse que há autos levantados pela GNR e a brigada do ambiente está a trabalhar muito bem.

Sobre a crise disse que não concorda que a culpa seja só dos banqueiros. A culpa é de quem manda e manda mal. A falta de controle e de normas é que estragou tudo. Foi a falta de regulação e as políticas neoliberais.

Sobre a qualidade dos serviços da restauração, disse que é de lamentar que os gerentes não tenham consciência do mal que fazem a si próprios e ao concelho. Não reconhecem que pagamos todos pelo investimento feito na promoção.

Sobre as grades do Cávado, disse que estão contemplada na segunda parte da intervenção daquela obra.

Sobre a estrada de Meixide, disse que o problema daquela zona é o facto da estrada municipal passar no meio da aldeia.

Sobre os bombeiros, disse que não podemos deitar sempre a culpa aos outros. Ninguém denuncia e a culpa agora é dos bombeiros. Estes não ganham nada, são esforçados, são dedicados e solidários e ainda são culpados. Temos a obrigação de denunciar os infractores e culpá-los. Temos que ter o dever de cidadania.

As Juntas de Freguesia não estão impedidas de vir à Câmara denunciar obras e lixeiras clandestinas. Apenas não se devem duplicar serviços já que queremos servir melhor e mais rápido os cidadãos.

Sobre os baldios disse que a sua gestão é muito complicada mas é assim e a lei não vai mudar e que a sua gestão deveria ser feita pelas Juntas de Freguesia.

Sobre a EDP disse que enviou vários ofícios e depois de várias conversas verifica-se que esta empresa não muda a sua atitude. Disse que há candeeiros pagos e pedidos que ainda não estão colocados e a má conduta por parte da EDP vai obrigá-lo a tomar decisões mais drásticas.

Justificou a falha de energia no dia da Feira do Fumeiro pois a intempérie foi muito grande. Intolerável torna-se o facto de passado quase um mês continuarem com deficiências estruturais, não cumprindo com o seu trabalho.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Ricardo Moura, Domingos Vasconcelos e Teixeira Gomes.

O deputado Ricardo Moura disse que se considera uma pessoa frontal e não denuncia porque não viu quem chegou fogo, mas sabe quem foi. Disse que não custa nada que estejam sempre quatro ou cinco bombeiros sempre disponíveis no quartel para que se evite uma floresta ardida.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que concorda com o Presidente da Câmara quando este diz que os baldios deviam ser geridos pelos Presidentes da Junta.

Sobre a EDP disse que há um cabo de electricidade em Santa Leucádia que está solto há pelo menos meio ano.

Disse que a GNR castiga quem faz apenas um churrasco e a quem provoca incêndios nada lhe acontece.

O deputado Teixeira Gomes disse que as queimadas são boas quando são feitas em florestas com grande grau de humidade. As florestas limpam-se a si próprias. Quando as folhas e ramos velhos caem, servem de alimento para as árvores. Está errado defender as queimadas.

Falou sobre a falha de energia eléctrica por um período de 14 horas a qual causou vários prejuízos.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Teixeira Gomes, João Soares, Joaquim Pires e Ricardo Moura.

O deputado Teixeira Gomes falou da dívida a fornecedores e disse que esta é muito grande mas que se entende pois a Câmara não tem dinheiro para tantas obras. Disse ainda que ouviu na rádio que as autarquias são as grandes devedoras. A questão é que esses fornecedores são o cerne do desenvolvimento local. O Governo investe milhões no TGV que toda a gente sabe que vai dar prejuízo em vez de pagar aos pequenos fornecedores para que se revitalize a economia. Somos vítimas das políticas macro económicas.

O deputado João Soares falou sobre a protecção civil e disse que a protecção é algo que dá conforto às nossas famílias. Dizem mal dos bombeiros e não pode ser assim. O inverno foi muito rigoroso, destrutivo e perigoso e veio testar a eficácia da protecção civil. Disse ainda que há uma boa articulação entre a Câmara e a protecção civil para o bem do concelho. No Baixo Barroso houve queda de muitas e grandes árvores e em poucas horas as estradas estavam transitáveis e a Feira do Fumeiro foi um sucesso. Nada fez desistir os bombeiros do perigo numa noite negra, sem corrente eléctrica, sem comunicações e com gelo. Os bombeiros prestaram assistência ao pessoal dos lares que prestam serviços ao domicílio a idosos, pessoas essas que são voluntárias.

Disse que foram assinados protocolos, no Governo Civil, para serem criadas equipas de cinco homens que vão estar 24 sobre 24 horas de serviço. Duas equipas vão estar em Montalegre, dando mais segurança e confiança às populações. Estas equipas vão ser assumidas financeiramente metade pela Câmara Municipal de Montalegre e outra pelo Ministério da Administração Interna.

O deputado Joaquim Pires perguntou quando é que a estrada para Chaves vai ser feita e disse que a estrada do rio, na zona de Paradela, precisa de intervenção.

O deputado Ricardo Moura disse que nunca falou mal dos Bombeiros pois fez parte desta instituição durante muitos anos, apenas não admite que demorem quatro horas para chegarem a Padornelos.

O Senhor Presidente da Câmara disse que já vieram ao PNPG vários técnicos da universidade e do estrangeiro e disseram que as queimadas são uma prática comum nos meios rurais.

Sobre a dívida disse que se se pararem as obras da Câmara durante 6 meses paga-se a dívida. É endividada uma família ou uma empresa que consegue pagar as dívidas em seis meses de poupança? A Câmara deve muito, mas é das que melhor paga, dizem os credores e os estudos oficiais. Existe a dívida porque existe a obra. E disse ainda que arrisca-se a fazer obras pois tem consciência das necessidades.

Sobre os B.V. Montalegre disse que estes não se podem multiplicar. Havia incêndios por todo o lado.

Sobre a estrada de Chaves, disse que existe uma candidatura ao Interreg e a C.M.M. elaborou o projecto para os dois concelhos. É uma obra que exige esforço financeiro, mas a Câmara vai fazê-la, apesar de não haver garantia do financiamento total para a sua execução. No troço de Chaves vai haver três intervenções: eliminar as curvas de Bustelo, por detrás do cemitério de Soutelinho, e a ponte da Assureira, pelo caminho antigo até à estrada actual, depois do penedo grande.

Sobre a estrada do Rio disse que se vai fazer a repavimentação de Covelães a Montalegre, mas Paradela, embora precise, vai ter que esperar.

Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado António Eduardo Santos.

O deputado António Eduardo Santos disse que no dia em que os bombeiros demoraram quatro horas a chegar a Padornelos havia um incêndio em Fírvidas onde estava a população em causa e Padornelos não era prioritário.

4.2 – Adesão ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 191-A/2008, de 11 de Janeiro / Contracção de Empréstimo com o Estado no valor de € 814.042,21, pelo prazo de 10 anos / Contracção de empréstimo de Médio Prazo, pelo período de 5 anos, até ao valor máximo de € 1.221.063,32, destinado ao financiamento de dívida de curto prazo a fornecedores. / Relatório de análise das propostas apresentadas pelas instituições de crédito consultadas.

O Senhor Presidente da Câmara, quanto a este assunto, solicitou ao Presidente da Mesa e aos membros presentes que lhe permitissem apresentar proposta escrita de rectificação ao valor dos empréstimos a contratar pelo Município de Montalegre, no âmbito do “Programa de Regularização Extraordinária de dívidas do Estado”, no sentido de o montante a contratualizar com a instituição privada seja até ao máximo de €259.149,00, e o montante com o Estado seja de €172.766,00, em conformidade com a informação disponibilizada pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças, do dia 17/02/2009, no seu site.

O Senhor Presidente da Câmara e o Dr. Nuno Vaz informaram a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Teixeira Gomes e Acácio Gonçalves.

O deputado Teixeira Gomes disse que compreende que o Estrado se proponha pagar as suas dívidas através das autarquias e também percebe que a Câmara Municipal de Montalegre precise de contrair este empréstimo. Só não percebe é porque é que tem que ser feito numa instituição privada uma vez que a outra parte do empréstimo já foi contratualizada com outra instituição bancária. Disse ainda que tem que votar conscientemente pois ouviu uns rumores de que a Caixa Agrícola de Montalegre não estava bem financeiramente e perguntou se a gestão desse banco tem credibilidade para assegurar esse empréstimo.

O deputado Acácio Gonçalves perguntou de quanto tempo é a dívida a curto prazo a fornecedores.

O Dr. Nuno Vaz disse que o procedimento que foi aberto relativamente à contratualização do empréstimo a médio prazo foi feito nos termos da lei das Finanças Locais numa consulta às entidades financeiras locais ou que habitualmente são consultadas. Deste contacto foi recebido um conjunto de propostas identificadas nos mapas distribuídos e, no relatório de análise das propostas, foi feita uma comparação das várias propostas apresentadas. Esta análise centrou-se no valor do spread sendo a proposta mais interessante a da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Corvo, Alto Tâmega e Barroso, apresentando um spread de 0,9% sendo este valor diferenciado, pela positiva, da Caixa Geral de Depósitos e do Banco Português de Negócios que apresentaram 1,5 e 1,24%, respectivamente.

Disse que o que se propõe, e o que o relatório feito pela análise técnica das propostas concluiu, é que o empréstimo a contratar com a entidade privada seja feito com a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Corvo, Alto Tâmega e Barroso, não já no valor inicialmente considerado, mas sim num valor mais baixo, de 172.776 euros, sendo que o restante valor será contratado pelo Estado.

Disse ainda que o que está sujeito a aprovação não é o programa para pagar a tempo e horas de Fevereiro de 2008. Esse é um processo que está encerrado, concluído e as facturas foram todas liquidadas. A Câmara pagou 60% através de um contrato com uma entidade privada que, por acaso, também foi a Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Corvo, Alto Tâmega e Barroso, e imperativamente foi encerrado.

Disse que o que está em discussão é a segunda fase do programa para pagar a tempo e horas que agora tem um nome diferente "Programa de Pagamentos Extraordinários de dívidas ao Estado". Este novo programa está direccionado a autarquias e a regiões que não foram objecto de primeira linha no programa "Pagar a tempo e horas", permitindo que Câmaras com situações financeiras difíceis pudessem candidatar-se a estes fundos, em condições preferenciais e poderem, assim, reduzir as dívidas a curto prazo, pagando aos seus fornecedores, o que veio fazer com que as Câmaras que não se puderam candidatar o ano passado, o pudessem fazer agora, mas com regras especiais. Estas regras dizem que 60% do valor do empréstimo tem que obrigatoriamente

ser contratualizado por uma entidade privada e os restantes 40% tem que ser pelo Estado, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças.

Quanto à dívida a curto prazo, disse que se trata de dívida a fornecedores e empreiteiros.

Disse ainda que a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Corvo, Alto Tâmega e Barroso é controlada pelo Banco de Portugal como os restantes bancos locais.

Deliberação: Posta à consideração da Assembleia, a proposta de adesão ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado”, na dupla dimensão de contratualização de empréstimo com a instituição financeira privada CCAM de Alto Corgo, Tâmega e Barroso, CRL, e com o Estado, contemplando as rectificações constantes da proposta escrita formulada, nesta data, pelo Senhor Presidente da Câmara, foi aprovada por maioria, com uma abstenção.

4.3 - Revisão dos Documentos Previsionais do Ano Financeiro de 2009 / 1ª Revisão ao Orçamento da Receita / 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa / 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento/ 1ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Teixeira Gomes e Acácio Gonçalves.

O deputado Teixeira Gomes perguntou porque é que não é o próprio IRU a vender as casas.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o Presidente se contradiz inúmeras vezes pois há quatro anos atrás estavam à venda dois apartamentos por cima do edifício da Caixa Geral de Depósitos por 17 mil contos. Ele, como deputado da Assembleia Municipal de Montalegre, alertou que a Câmara deveria exercer o direito de preferência, mas o Presidente da Câmara disse que a autarquia não era nenhuma imobiliária. Agora vem contradizer-se apenas porque se tratam de apartamento do IRU.

Disse que a deputada Guilhermina Costa, na última assembleia falou de um gráfico da página 6, o qual aponta para uma actividade que se designa por “outros” e que isso se deve ao facto de ser ano eleitoral, precisando o executivo de margem de manobra para obras não planeadas. O Senhor Presidente da Câmara deve usar o POCAL e não abusar dele pois qualquer dia não se precisa de analisar as diversas rubricas que existem no plano.

O Senhor Presidente da Câmara disse que mantém aquilo que disse sobre os apartamentos por cima da Caixa Geral de Depósitos pois realmente a Câmara não é nenhuma imobiliária. Admira-se que este pedido venha por parte do CDS, pois é contra a filosofia deste partido que as Câmaras façam concorrência aos privados.

Disse que na hipotética compra dos dois apartamentos da Caixa Geral de Depósitos, a Câmara não tinha 35% de subsídio, nem direito a empréstimos bonificados. A compra dos apartamentos do IRU é uma cooperação com o Estado e é uma obrigação moral resolver esta situação.

Disse que são sempre feitas revisões e alterações ao orçamento pois não é um documento estático. É um documento prático para gerir a vida do município. É um documento aberto que tem que ter os instrumentos necessários para responder às emergências ou a uma situação nova. Disse que não foi ele que inventou o modelo do orçamento. É geral e comum a todas as autarquias. Não inventa rubricas.

Disse ainda que há Câmaras que fazem essas rectificações em todas as reuniões do executivo, mas a Câmara Municipal de Montalegre não faz isso.

Inscreeveu-se para segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que quando falou dos apartamentos da Caixa Geral de Depósitos é porque os 17 mil contos eram um preço irrisório e assim podia reverter a favor do Município de Montalegre para serviços sociais ou para outros fins comunitários.

Deliberação: A proposta aprovada por unanimidade.

4.4 -Proposta de subscrição de títulos de capital da Caixa de Crédito de Alto Corgo, Tâmega e Barroso (CCAM).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Teixeira Gomes.

O deputado Teixeira Gomes disse que a Câmara não deve entrar neste tipo de negócios pois não há segurança bancária e por esta razão vota contra.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Caixa Agrícola esteve sempre em segurança e não podemos ter as opiniões pessoais como certas e acima das informações oficiais.

Inscreeveu-se para segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves perguntou se é condição necessária ser-se parceiro para contrair o empréstimo.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não é obrigatório, mas também não há nenhum mal nisso e a proposta foi feita após a negociação do empréstimo.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com cinco votos contra.

4.5 – Proposta de Adesão do Município de Montalegre à Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses – QUALIFICA.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Teixeira Gomes.

O deputado Teixeira Gomes disse que vê este documento com grande entusiasmo e toda a gente devia lê-lo, principalmente a última folha. É um desafio para os Barrosões de forma a promover a riqueza e o bem estar da população.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

4.6 – Proposta de extinção da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes e a partilha do património, nos termos do artigo 39º da lei nº 45/2008, de 27 de Agosto.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

4.7 – Proposta de constituição da pessoa colectiva a denominar por “Ecomuseu – Associação de Barroso” – Associação de Desenvolvimento da Região e Barroso / Aprovação dos respectivos estatutos constitutivos.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, Paulo Cruz, Teixeira Gomes e Pedro Giesteira.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o que o concelho tem mais são Associações e estas pouco fazem. Deu o exemplo da ADERE BARROSO que foi promotora da Feira do Fumeiro e que geriu fundos comunitários com o apoio da Câmara. Depois apareceu a BARROSANA que se extinguiu por natureza. Salientou que ao se criar uma associação esta deve ser sólida e não andar com o carro à frente dos bois.

O deputado Paulo Cruz disse que partilha das ideias do deputado Teixeira Gomes sobre as queimadas pois é obrigação das autarquias combater este flagelo. Tem que ser um combate mais forte e eficaz.

Disse ainda que se deve esclarecer se a Câmara vai fazer ou não parte desta associação. Se a Câmara não é associada não compete à Câmara falar sobre isso.

Disse que não concorda que nos estatutos não conste que a Câmara faz parte da associação e que os sócios constitutivos/fundadores também deveriam estar discriminados nos estatutos. Perguntou qual o critério para se fazerem sócios constitutivos ou sócios aderentes. O sócios aderentes só têm direito a um voto e os sócios constitutivos têm direito a cinco votos.

Disse que entende o Ecomuseu como um serviço da Câmara e com a criação desta assembleia supõe-se que o património vá ser transferido e isso também deve vir nos estatutos.

Disse que nunca viu uma associação sem fins lucrativos em que os associados sejam remunerados, pois isso viola a lei do associativismo.

Realçou que a associação é útil para defender os interesses do Barroso, mas os estatutos devem ser repensados e reformulados.

O deputado Teixeira Gomes disse que os estatutos devem ser repensados de forma a estarem melhor formulados e clarificados.

O deputado Pedro Giesteira disse que parte da sua vida foi dedicada ao associativismo e discorda que uma associação sem fins lucrativos não dê lucros e estes não sejam reinvestidos. Disse que tem todo o cabimento que a Câmara faça parte desta associação para que esta lance capital para criar estruturas.

Disse ainda que é de uma grande humildade o facto da Câmara ceder à população um grande projecto.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a proposta apresentada refere-se à adesão e aprovação dos estatutos.

Disse que as questões levantadas são desprovidas de sentido. Se houve asneira na Adere Barroso foi porque nasceu de fora para dentro e por causa dos subsídios. Esta foi logo condenada desde o início ao fracasso, pois não havia articulação com os municípios. A Probarroso teve iniciativas de mérito e foi criada em altura de aproveitar os fundos comunitários. Disse que a ADRAT cobria esta lacuna pois tinha intervenção em todos os municípios do Alto Tâmega. Depois veio a moda das empresas municipais e foi criada a Barrosana e esta acabou por causa do novos enquadramentos jurídicos. Não percebe porque é que se insinua a criação de "tachos" com a Associação do Ecomuseu pois se se quisessem criar já existia a Barrosana.

Disse que o projecto do Ecomuseu é um projecto dos dois municípios, Montalegre e Boticas, e foi achada a solução jurídica de forma a ser criada uma agência de desenvolvimento que faz o que a Câmara não pode. Foi feito por um jurista que merece todo o respeito e consideração.

Disse ainda que ambiciona, para o Ecomuseu, um técnico especialista que tenha imaginação para vender o produto da região do Barroso, pois trata-se de um projecto sério que não merece as desconfianças que lhe atribuíram. Esta associação irá funcionar para defender os interesses dos dois municípios.

Disse ainda que não há nenhum património em jogo e nada é transferido para o Ecomuseu por estes estatutos.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Teixeira Gomes e Paulo Cruz.

O deputado Teixeira Gomes disse que a proposta não está bem apresentada e formulada e não percebeu o ponto. Disse que não é jurista, mas não percebe como é que a Câmara gasta dinheiro no projecto do Ecomuseu e esse património não aparece especificado como transferido para a associação. Disse ainda que não é contra a associação mas sim como está exposta a questão.

O deputado Paulo Cruz disse que o único interesse que o move é o interesse que tem por Barroso e a resposta dada pelo Sr. Presidente não respondeu às questões levantadas. Apesar dos estatutos terem sido feitos por um jurista, os juristas também se enganam e quer se queira, quer não, os órgãos sociais não podem receber dinheiro e os técnicos são empregados e estes prestam serviços e têm que receber. Agora, os órgãos sociais não são empregados de ninguém pois os que recebem dinheiro violam o código civil das pessoas colectivas sem fins lucrativos, de acordo com o artº. 157 do Código Civil.

Disse ainda que fica sem perceber se a Câmara fica a fazer parte desta associação ou não, se se transfere património ou não, mas para que isso fique bem claro devem-se fazer as coisas de forma clara. Quando a constituição da Associação, se não é feita segundo a lei, o Ministério Público tem a obrigação de a considerar nula.

Disse que concorda que os técnicos sejam bem pagos mas no associativismo verdadeiro, se só se trabalha se se receber dinheiro é porque essas pessoas não defendem os interesses da terra.

O Senhor Presidente da Câmara disse que acredita mais numa asneira feita e dita pelo Dr. Sousa Fernandes do que em muitas verdades aqui assumidas por alguns. Disse que não discute questões jurídicas, mas não admite desconfianças. Estas questões do desenvolvimento não podem ser tratadas por amadores, pois o Ecomuseu precisa de gente a tempo inteiro e não de voluntários.

Disse que o Ecomuseu não será uma associação de amigos, mas sim um grupo para trabalhar profissionalmente e nos estatutos não consta que o património da Câmara vá ser transferido para a associação. O que estamos a aprovar é o que está escrito não o que as pessoas imaginam ou meterem na cabeça. O seu objectivo é pensar o território, vender serviços e pôr a actividade cultural ao serviço do desenvolvimento. A Câmara de Montalegre faz a sua obrigação e ter um Município a liderar este projecto deveria ser um motivo de orgulho, pois vai ser um projecto limpo e que deve unir toda a gente.

Inscreveram-se para terceira intervenção os deputados Paulo Cruz e Teixeira Gomes.

O deputado Paulo Cruz disse que os órgãos das associações de pessoas colectivas sem fins lucrativos não podem receber dinheiro pelos seus serviços. É

contra a lei. Disse que fica na dúvida com que património a associação vai trabalhar pois a sua sede é património da Câmara.

Disse ainda que não percebe porque é que as pessoas têm que receber dinheiro para lá trabalhar.

O deputado Teixeira Gomes disse que anteriormente também ele teve a ideia de um núcleo de apoio a pessoas que queiram criar novos negócios.

Disse que concorda que de graça ninguém trabalha e que se deve pagar e bem para que se unam interesses. Só discorda com o facto de não estar escrito e fundamentado tudo para que daqui a uns anos futuros políticos saibam como foi criada a referida associação.

Disse ainda que a Câmara tem que ser o motor impulsionador da criação de emprego.

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta associação é feita com base na experiência e como é lógico irá ser analisada pela conservatória. Caso haja alguma anomalia jurídica será de imediato corrigida.

Disse que o Ecomuseu não vai ver património transferido, apenas vai usufruir das instalações como acontece com tantas associações do concelho. Se correr alguma coisa mal, acaba-se com o "casamento" com o concelho vizinho.

Inscreeveu-se para quarta intervenção o deputado Paulo Barroso.

O deputado Paulo Barroso disse que se está a fazer uma confusão muito grande à volta do Ecomuseu esquecendo-se do trabalho que este tem vindo a desenvolver.

Disse ainda que mal das sociedades se quando são criadas já se pensa nas separações.

O deputado Acácio Gonçalves apresentou à Mesa, por escrito, o seguinte pedido de esclarecimento: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Venho por este meio requerer que V. Exa se digne interrogar o Sr. Presidente da Câmara se a proposta do ponto 4.7 sobre a instituição de pessoa colectiva tem forma de sociedade civil ou associação civil. Montalegre, 26 de Fevereiro de 2009, pede deferimento, o deputado Acácio Gonçalves."

O Dr. Nuno Vaz disse que quanto à natureza da pessoa colectiva disse que o artº1º da denominação, caracteriza-a perfeitamente. É uma associação de direito civil sem fins lucrativos de direito privado tendo que o número de entes privados ser superior ao dos entes públicos.

Admite que poderiam ser identificados os fundadores constituintes, mas quanto ao património, o facto de não constar nos estatutos, não significa que os associados contribuam com qualquer património. Pela omissão não se pode concluir o contrário. O contributo da associação irá ser uma quota anual que irá ser definida pela Assembleia Geral da Associação quando constituída e instalada.

Disse ainda que esta associação poderá fazer contratos programa ou protocolos com entidades públicas que disciplinem o uso de bens dessas entidades, mas

depois de estar constituída juridicamente. Disse que nos estatutos está claramente especificado que não há nenhum contributo patrimonial por parte do município.

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com quatro votos contra e sete abstenções, tendo os deputados Teixeira Gomes e Paulo Cruz apresentado declarações de voto. Ficou o Senhor Presidente da Câmara legitimado para representar o Município de Montalegre no acto constitutivo desta associação.

O deputado Teixeira Gomes apresentou a seguinte declaração de voto: “Voto contra porque: os estatutos em apreço devem conter a nomeação das entidades que propõem a constituição da Associação, designadamente as Câmaras Municipais de Montalegre e Boticas. Devem conter uma descrição do património já elaborado em nome do Ecomuseu do Barroso. Montalegre, 26 de Fevereiro de 2009. Assinado, José Teixeira Gomes.”

O deputado Paulo Cruz entregou a seguinte declaração de voto: “Votei Contra o ponto 4.7 da Ordem de Trabalho (Proposta de constituição da pessoa colectiva a denominar por “Ecomuseu – Associação de Barroso” – Associação de Desenvolvimento da Região e Barroso / Aprovação dos respectivos estatutos constitutivos), pelas seguintes razões: 1º – Cabe em primeiro lugar referir que a criação, por si só de mais uma associação é um claro sinal de vitalidade da sociedade civil Barrosã, embora não aceite a divisão aqui dada entre a Região e Barroso, pois Barroso é um Todo e não uma parte de um todo; 2º – Aquando da discussão deste ponto, coloquei algumas questões e solicitei esclarecimentos, no meu entendimento, pertinentes, pois, dada a sua natureza, trariam mais clareza e idoneidade a todo este processo; 3º – As questões em causa reportam-se, concretamente, à qualidade em que a Assembleia Municipal vai abordar este tema e aos estatutos da referida associação; 4º – Quanto à legitimidade em a Assembleia Municipal poder tratar deste ponto, a dúvida coloca-se, dado não se saber, previamente, se a Câmara Municipal é um dos sócios ou não; 5º – Se não intervém como sócio, entendo que não deve sequer ser assunto discutido na Assembleia Municipal, muito menos votado, pois não é da sua competência envolver-se na criação de associações desta natureza; 6º – Se a finalidade é a Câmara de Montalegre fazer parte, deve antes de mais, existir uma proposta de admissão para a Assembleia Municipal a votar. Assim as boas práticas desta casa o recomendam; 7º – Mas, se a Câmara de Montalegre é um dos sócios efectivos, o que seria louvável e aconselhável, e se estamos numa fase da sua constituição, por que razão tal não consta nos estatutos? A prudência e a lei assim o indicam; 8º – Quanto aos estatutos propriamente ditos, as interrogações são ainda as mais numerosas; 9º – Quais os requisitos para se ser sócio efectivo? E se já existe algum, não se entende por que motivo não vem expresso e devidamente identificado nos presentes estatutos. Isto para não se votar no escuro; 10º – Os esclarecimentos sobre estes critérios impõem-se, tanto mais que existe uma discriminação negativa e de todo incompreensível entre sócio efectivo e sócio aderente. É claro exemplo disso os direitos desproporcionais existentes entre eles. Refiro-me concretamente ao voto diferenciado e à restrição da capacidade para ser eleito

membro do Conselho de Administração por parte dos sócios aderentes; 11º – No que toca ao ecomuseu, serviço que a Câmara vem desenvolvendo, se passa para a associação, em que moldes ele é feito, quer a nível de património activo e passivo, quer a nível do pessoal afecto a este serviço?

Não entendo, nem concordo e a lei reforça a minha posição, que no acto de constituição e nos estatutos “constitutivos” não se especifique em que condições se transferem os bens e os serviços do Município para a associação.

E nem, tão pouco, se salvaguarda, no caso de extinção daquela, o destino a dar aos bens que lhe foram confiados.

Com isto não quero pôr, em dúvida o trabalho das pessoas integradas nesse departamento, nem admito que alguém sequer de tal suspeite, muito menos insinue.

Nos estatutos como já mencionei, não vem o nome de ninguém. “Pudores” destes é que põem, muitas vezes em causa, a seriedade das propostas. É na defesa desta Câmara, desta Assembleia Municipal e principalmente dos interesses dos Barroenses de agora e de futuro, que outra atitude não se justifica nem pode ser admissível; 12º – Por último, esta associação, Pessoa colectiva sem fins lucrativos, não tem por fim, como é óbvio, o lucro económico dos associados. Todavia os seus estatutos prevêem que os Órgãos Sociais, todos eles (!), sejam remunerados, acautelando ainda a possibilidade da existência – caso o justifique! – de um Administrador delegado.

Aliás, quanto ao Administrador delegado, a sua remuneração não seria descabida, pois a relação que tem para com a associação é meramente laboral.

No que se reporta aos Órgãos Sociais (Assembleia Geral, Concelho de Administração e Concelho Fiscal), o mesmo não se poderá dizer, nem entender, pois vai contra os princípios que norteiam o associativismo, entre eles, o empenho de todos os sócios que é feito de forma desprendida, tendo como intuito o interesse geral e não o pessoal.

A recompensa dada aos Órgãos Sociais viola o fim desta Pessoa colectiva. Também não pode servir, como aliás foi defendido, para trazer pessoas ditas mais habilitadas. O associativismo se passa admitir ou reger-se por valores “mercenários”, perde toda a razão de ser.

Para além disto estas benesses, não havendo nada em contrário nos estatutos, podem ser vitalícias!

Não me posso rever nesta abordagem dúbia, pois no mínimo ela é deselegante para todos aqueles que toda a vida se têm dedicado à Causa Pública.

Em sùmula, e após o esgrimido, é minha plena convicção que esta associação é útil para os interesses de Barroso, mas nunca nos moldes que este estatuto a preconiza.

Por isso, propus que este ponto não fosse votado, dadas as incongruências já mencionadas, e se reformulassem os ditos estatutos ou, para melhor defender os interesses da Região e de salvaguardar todos aqueles que de forma directa ou indirecta nela intervenham, que se criasse como Empresa municipal.

Esta minha posição apenas significa que, quando exprimo qualquer opinião, nunca tenho em mente quaisquer interesses pessoais, mas sim os de Barroso, postura esta pela qual me oriento tanto na vida civil como na política. Assinado, Paulo Cruz.”

Deliberação: a proposta foi aprovada por maioria com quatro votos contra e sete abstenções, tendo os deputados Teixeira Gomes e Paulo Cruz apresentado declarações de voto. Ficou o Senhor Presidente da Câmara legitimado para representar o Município de Montalegre no acto constitutivo desta associação.

4.8 - Procedimento de Revisão do Plano Director Municipal de Montalegre / Indicação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento.

O Senhor Vice- presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Alberto Fernandes e Domingos Vasconcelos.

O deputado Alberto Fernandes entregou a seguinte proposta à Mesa: "O Partido Socialista propõe o membro desta Assembleia Municipal, o Sr. Manuel Pereira Duarte, para fazer parte da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Montalegre. Montalegre, 26 de Fevereiro de 2009. Assinado, o proponente Alberto Martins Fernandes."

O deputado Domingos Vasconcelos disse que a bancada do PSD não apresenta nenhum membro para fazer parte da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM.

Deliberação: a proposta, apresentada pelo deputado Alberto Fernandes, para indicação do representante foi a votação por escrutínio secreto tendo sido aprovada por maioria com 34 votos a favor, 9 votos brancos e um voto contra.

4.9 – Proposta de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).

O Senhor Vice- presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Ricardo Moura.

O deputado Ricardo Moura disse que ficou contente com a alteração referente à área de apoio às estufas, mas pensa que 20 metros é pouca área.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.10 – Proposta de alteração do Regulamento Municipal de Venda de Terrenos em Loteamentos Industriais.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Paulo Cruz.

O deputado Paulo Cruz perguntou se no ponto 10, alínea C), não será 10 a 15 postos de trabalho; se não se poderá ler empresas onde se lê indústria e onde se lê produtos agrícolas se poderá ler produtos locais, pois com estas designações poderão limitar-se investidores.

O Senhor Presidente da Câmara disse que as questões levantadas têm alguma lógica e admitiu que a linguagem possa estar desajustada, mas uma empresa que tenha mais de vinte postos de trabalho tem que ser considerada indústria e quando se fala em produtos agrícolas, fala-se em produtos locais.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

5 – PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, esta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário
